V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

Discursos femininos - uma análise da relação entre mulheres e corrupção.

Melo Aranha Ana Luiza.

Cita:

Melo Aranha Ana Luiza (2010). *Discursos femininos - uma análise da relação entre mulheres e corrupção. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-036/132

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

V Congresso Latinoamericano de Ciência Política

Título: Discursos femininos – um estudo sobre a relação entre mulheres e corrupção

Autora: ANA LUÍZA MELO ARANHA
Instituição de ensino e pesquisa: Universidade Federal de Minas Gerais
Orientadora: Profa. Dra. Marlise Matos

Introdução

Este artigo surgiu da participação enquanto bolsista de iniciação científica na pesquisa "A Política na Ausência das Mulheres", realizada no âmbito do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da professora Marlise Matos. Essa pesquisa problematiza a sub-representação das mulheres na política, tendo como foco principal os legislativos nacional e mineiro. Como parte da pesquisa, foram feitas entrevistas com 50 candidatas a deputada estadual, 8 deputadas estaduais eleitas para a 15ª legislatura da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e 22 deputadas federais eleitas para a 52ª legislatura da Câmara Federal.

O foco principal desta pesquisa está na busca de elementos que nos permitam apontar pistas da causa do problema da ausência das mulheres na política e entender como elas, mesmo se deparando com obstáculos os mais diversos, conseguem se fazer representar num espaço ainda extremamente masculinizado. Porém, a partir das entrevistas realizadas, pudemos perceber que era possível estabelecer novos rumos e temas para a análise. Percebemos a utilização, por parte das entrevistadas, do argumento de que a entrada de mais mulheres nos cargos legislativos moralizaria a política. À primeira vista, existiria então uma tendência nas entrevistas em afirmar que as mulheres são menos corruptas do que os homens. Dessa maneira, escolhemos como foco de análise deste artigo a relação estabelecida pelas entrevistadas entre mulheres e corrupção. Partimos então para a análise dos discursos construídos pelas mulheres que já têm uma carreira política sobre a relação entre mulheres e corrupção.

Essas entrevistas nos estimularam a questionar se realmente existiria uma "essência" feminina menos corrupta. A partir dessa idéia, revisamos o que já foi escrito sobre corrupção e gênero e pensamos até que ponto essa bibliografia nos ajudaria a combater a idéia de uma "essência" feminina mais moral.

Na Ciência Política atual esses dois temas (corrupção e gênero) quase não são tratados conjuntamente, a não ser em alguns estudos internacionais. Por isso, veremos primeiro o que a Ciência Política do século XX entende por corrupção, seguido pela discussão propriamente de gênero e o comportamento moral das mulheres, se estas teriam (ou não) uma moralidade específica que as levaria a se comportar de maneira menos corrupta, para então visualizarmos como, no cenário internacional, esses dois temas têm sido estudados e pesquisados juntos. A partir dessa literatura, passamos para a análise empírica, na qual utilizamos os dados da referida pesquisa para estabelecer as possíveis relações entre gênero e corrupção no cenário da política brasileira.

Objetivos

O presente artigo é uma tentativa de discutir a relação entre corrupção e mulheres, questionando se realmente existe algo que possamos classificar como uma "essência" feminina "menos corrupta". O ponto de partida é a maneira como a Ciência Política, principalmente no campo internacional, tem tratado a relação entre corrupção e gênero. Tendo em vista essa discussão teórica, investigamos a percepção que as mulheres – candidatas e eleitas – têm sobre a relação entre mulheres e corrupção.

Corrupção

O tema da corrupção no século XX foi principalmente analisado tendo-se por foco duas abordagens. De acordo com Filgueiras (2006), a primeira dessas abordagens situa as décadas de 50 e 70 e trata a corrupção através de uma perspectiva estrutural-funcionalista, relacionando-a ao problema da modernização. A segunda, que predomina da década de 90 até os nossos dias, enfatiza uma perspectiva econômica e está preocupada com os custos e externalidades geradas em contextos de corrupção alargada.

Nas décadas de 50 a 70, a corrupção foi pensada pela sociologia norte-americana no contexto da teoria da modernização, que pensava na maneira como a corrupção poderia contribuir ou emperrar o desenvolvimento econômico e político dos países. Do ponto de vista dessa abordagem, o sistema normativo pode motivar ou inibir a corrupção. Essa inibição vai depender da institucionalização política na sociedade, ou seja, da aceitação de normas. Huntington (1975) estabelece uma relação necessária entre essa institucionalização e a corrupção: onde a primeira é baixa, a segunda é grande. E ele diz que mesmo em sociedades com algum grau de modernização, se estas tiverem baixa institucionalização, estarão sujeitas às práticas de corrupção.

Na visão de Nye (1967), também situado dentro dessa abordagem, a corrupção pode resultar em ganhos agregados ao sistema, na medida em que ela contribui para a formação de um capital privado, para a superação das barreiras burocráticas e para a integração das elites políticas. E sendo assim, a corrupção contribui para o desenvolvimento, pois ela força a modernização. Contudo, ela tem sempre que estar sob o controle das instituições políticas modernas.

Nesta abordagem a corrupção tem a possibilidade de ser "positiva". Ela pode ajudar a se alcançar o desenvolvimento, na medida em que possibilita a transformação de atitudes e de instituições, forçando assim padrões de mudança social. O centro dessa abordagem é como as instituições podem fazer com que as conseqüências da corrupção sejam positivas para a construção da ordem política.

De acordo com Filgueiras (2006), o contexto da década de 90 (reformas liberalizantes na economia e na política) mantém e aprofunda a hegemonia norte-americana no estudo da corrupção. Todavia, é importante salientar uma mudança metodológica: a incorporação de uma abordagem econômica para tratar um problema político. Passa-se a analisar a corrupção em termos dos seus custos para a economia de mercado, a partir de premissas da escolha racional e do novo institucionalismo. Essa perspectiva tornou-se hegemônica nas Ciências Sociais.

Segundo Filgueiras (2006), o objeto de estudo desta vertente interpretativa são os fatores que incidem sobre os resultados políticos. E esse objeto é estudado com base em duas premissas. A primeira diz que os atores políticos são racionais, buscam maximizar a utilidade esperada em contextos de decisão, conforme uma estrutura de preferências (Downs, 1957). A idéia é que o agente político é um indivíduo egoísta que age para maximizar seus interesses e cujo comportamento é resultado de uma escolha consciente e racional. A segunda premissa afirma que os contextos de decisão influenciam as preferências e são determinados pela estrutura organizacional da política (March e Olsen, 1989). A idéia contida nessa segunda premissa é a de que o arranjo institucional pode modificar o comportamento das pessoas, pois ele determina as estratégias empregadas pelos atores (Hall e Taylor, 1996), criando motivações e constrangimentos para a ação deles. É com base nessa última premissa que essa abordagem afirma ser preciso coibir os incentivos institucionais para práticas de corrupção.

A corrupção ocorre, para a abordagem econômica, na interface dos setores público e privado. Ela depende do modo como as instituições permitem a ação discricionária dos atores políticos, ou seja, permitem o uso de recursos públicos para a satisfação de interesses privados (Rose-Ackerman, 1999).

Assim esses autores insistem que a corrupção não seria coibida através de um reforço do poder burocrático, pois isso resultaria em maior discricionariedade e maior incentivo para o

pagamento de propina e suborno – aumento das práticas de corrupção –, e sim pelo fomento do mercado (North, 1990). Esse mercado seria uma arena constante de negociação e catalização dos interesses dos agentes econômicos e políticos. A corrupção é percebida como um fenômeno derivado de um mercado coibido. A causa estável da corrupção seria a existência de monopólios e privilégios no setor público, ou seja, ausência de mercado, que criaria incentivos para que os agentes buscassem maximizar sua renda privada através do suborno e da propina. Dessa maneira, a abordagem econômica da corrupção, seguindo o pensamento de Filgueiras (2006), enuncia como instrumento de combate à corrupção, o fomento do mercado e a contenção do poder burocrático do Estado, feitos a partir de reformas mais liberalizantes.

No contexto do século XXI surgem novas propostas de abordagem do tema da corrupção que fogem à análise pura e simplesmente econômica – hegemônica em nossos dias.

Newton Bignotto (2006) é um autor que pode ser enquadrado em uma nova proposta para o estudo da corrupção. Este autor olha a corrupção na sua acepção mais larga, não só como um problema institucional. O autor critica a definição do fenômeno nas sociedades atuais, feita por muitos cientistas políticos, que afirma ser o comportamento corrupto quando há comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura estatal. Esse tipo de abordagem ressalta que o remédio para corrupção deve ser de natureza legal, pois ela é um ato de ilegalidade – aqui encontramos a visão institucionalista e a sua conseqüente defesa da modificação nas regras vigentes. Por esse ponto de vista, temos que reconhecer que o aparato legal brasileiro não é omisso em relação aos funcionários que transgridem a lei. A pergunta que Bignotto se faz então é se a análise por esse viés institucional abarca todos os aspectos do problema. Para ele, o mal-estar que domina a sociedade brasileira, em relação ao funcionamento do Estado, não se esgota na queixa contra a ineficiência dos mecanismos legais de punição.

Para Bignotto, a corrupção é um problema para a sociedade brasileira porque é percebida como parte de nossa vida política em toda a sua extensão. A corrupção afeta a relação dos cidadãos de um Estado com a vida política em geral e não apenas com uma de suas instâncias. Temos que fugir da interpretação corriqueira sobre o problema da corrupção e encarar as relações complexas que aqui no Brasil se estabeleceram entre órgãos estatais e grupos privados. A separação do público e do privado nem sempre é percebida como um fato derivado das leis fundamentais. No nosso país, os grupos que chegam ao poder costumam desconhecer que o aparato constitucional é um limite intransponível para suas ações. Vários atores políticos se comportam como se a vitória nas eleições significasse a posse da totalidade dos poderes do Estado. Para o estudo da corrupção no Brasil, temos que retomar o debate sobre as definições entre público e privado e pensar em uma reforma da legislação que contemple o conjunto das forças políticas. Sem uma clara definição das fronteiras

público/privado e sem a extensão da punição a todos os agentes corruptores, a corrupção no Brasil será uma constante ameaça ao Estado de direito.

A partir dessa nova abordagem é que podemos perceber a importância de olharmos para os fatores sociais e culturais que promovem a corrupção, para além dos fatores institucionais. Entendemos a corrupção como um fenômeno com pelo menos três dimensões: percepção dos indivíduos sobre o que é o público, práticas no interior da economia e maneira como sistema político concilia suas estratégias de financiamento com a preservação do interesse público. Nosso enfoque neste artigo é nesta primeira dimensão das percepções dos cidadãos: como as mulheres que já possuem uma carreira política fazem a articulação entre mulheres e o comportamento político corrupto.

Gênero e Corrupção

Para discutirmos a conexão entre gênero e corrupção, é preciso de início postular que, na história da teoria política, homens e mulheres são associados a modos diferentes de pensamento e sentimento. Essa distinção teve como causa, segundo Kymlicka (2006), a distinção entre os domínios público e privado, na qual os homens são vistos como participantes da esfera pública e as mulheres da esfera privada. A partir dessa separação, as disposições particularistas, emocionais e intuitivas foram vistas como pertencentes à vida doméstica das mulheres, e o pensamento imparcial, desapaixonado e racional como fazendo parte da vida pública dos homens. De acordo com Friedman (1987):

> *as tarefas de governar, regulamentar a ordem social e administrar outras instituições 'públicas' foram monopolizadas pelos homens como seu domínio privilegiado e as tarefas de sustentar as relações sociais privatizadas foram impostas ou deixadas às mulheres. Os gêneros, portanto, foram concebidos em termos de projetos morais especiais e distintos.* (Friedman, 1987, p.94)

É assim que, para uma corrente significativa do feminismo contemporâneo, nós deveríamos analisar seriamente a moralidade diferente das mulheres. Na origem da relevância dada à moralidade feminina encontramos a argumentação construída por Carol Gilligan (1982), a qual deu parte da contribuição para sustentar a defesa da idéia de que as mulheres seriam "menos corruptas" do que os homens.

Gilligan (1982) através de três estudos – sobre o desenvolvimento identitário e moral na vida adulta, sobre a decisão a respeito do aborto e sobre o direito e a responsabilidade – encontra diferentes construções dos problemas morais comparando os dois sexos. Seus estudos mostrariam que as mulheres têm uma concepção moral diferente. Para estas, o problema moral surge de

responsabilidades conflitantes (não de direitos conflitantes) e exigiriam um modo de pensar contextual e narrativo (não formal e abstrato). A moralidade para as mulheres estaria envolvida com a atividade do cuidado.

Gilligan afirma ter encontrado, através dos seus estudos, duas moralidades diferentes: uma masculina e outra feminina. A primeira ligada aos direitos e a segunda ligada à responsabilidade. A primeira enfatizaria a separação dos outros, o indivíduo, centrando-se na idéia do exercício dos próprios direitos sem interferência no direito dos outros e busca uma solução universal, onde todos estariam de acordo. Por outro lado, a moralidade da responsabilidade enfatizaria a conexão com os outros, os relacionamentos e defenderia que a vida inclui obrigações para com as pessoas em geral, ser responsável para com o mundo, ajudar os outros. As mulheres, para a autora, trazem um ponto de vista moral diferente, pois organizam as suas experiências sob outras prioridades, que, por sua vez, seriam diferentes das dos homens.

Assim, os homens seriam guiados por uma lógica da justiça, na qual a responsabilidade é uma limitação à ação, a obrigação é respeitar os direitos dos outros, as regras existiriam para limitar a interferência dos outros, o ponto de partida seria a separação do eu com o mundo e na qual o ideal é que todos sejam tratados como possuindo igual valor. As mulheres, por sua vez, teriam uma ética do cuidado na qual a responsabilidade é pensar nos outros, a obrigação seria a de cuidar, as respostas seriam contextuais, sempre tentando ser o mais abrangente possível, o ponto de partida sendo, assim, a conexão do eu com o mundo, na qual o ideal é que todos sejam correspondidos e incluídos, ninguém ficando de fora. Para essa ética do cuidado, é central a idéia de que o eu e o outro são interdependentes.

Essa teoria de Gilligan, segundo Miguel (2001), recusa o essencialismo. Para ela essa nova moral não é uma singularidade constitutiva das mulheres. Mas acontece que suas idéias foram apropriadas por posturas essencialistas, que construíram em cima delas a idéia da "política do desvelo", que naturaliza a diferença feminina.

Essa "política do desvelo" afirma que as mulheres trazem aportes diferentes para a esfera política, pois elas estão acostumadas, diferentemente dos homens, a cuidar dos outros e a velar pelos indefesos. Uma maior presença feminina nas esferas de poder abrandaria o caráter agressivo – masculino – da atividade política, e traria uma maior valorização da solidariedade, da compaixão, uma maior busca pela paz. Nesta direção, as áreas sociais seriam mais valorizadas, e teríamos a superação da política pura de interesses, considerada egoísta e masculina. Ocorreria também, com a presença das mulheres na política, a revalorização da esfera familiar, com o papel da mãe ganhando destaque: cuidar dos filhos e proteger os fracos. Assim, a prática política se transformaria, tornando-se uma prática mais ética, generosa e altruísta, com atenção voltada às necessidades do outro. A idéia

da “política do desvelo” é que a paridade dos sexos na política levará naturalmente a alteração dos padrões de comportamento na mesma.

Porém, Miguel (2001) argumenta que a relação entre gênero e “política do desvelo” não é automática. Para ele, homens e mulheres podem exercer o poder da mesma maneira. A crítica do autor também sublinha que o fato das mulheres que estão nos governos hoje se ocuparem mais dos temas sociais não seria devido ao seu imperativo moral mais altruísta, mas sim porque este seria o único nicho disponível para elas no campo político. Com uma maior entrada de mulheres na política, o que teríamos seria uma disputa mais intensa e com maior possibilidade de êxito das mulheres pelos cargos monopolizados hoje pelos homens (áreas de administração pública, política econômica, relações internacionais). Esse discurso da “política maternal” procura alterar a hierarquia de prestígio das atividades políticas, valorizando aquelas exercidas pelas mulheres, todavia isso pareceria *eternizar a divisão do trabalho político, insulando as mulheres no seu nicho próprio e destinando aos homens as tarefas que, ao menos por enquanto, são as mais valorizadas socialmente* (Miguel, 2001, p. 261).

Miguel (2001) continua sua crítica pontuando o componente essencialista dessa abordagem: a naturalização da atribuição às mulheres das tarefas de cuidar dos outros na sua abordagem da política e nos papéis sexuais. Por essa abordagem, a tarefa do cuidado seria “naturalmente” feminina, o que tiraria dos homens a responsabilidade pelo cuidado, ficando eles livres da necessidade da preocupação social. É como se as duas formas de exercer a política fossem exclusivas a cada sexo, sendo que não haveria espaço de troca.

Outra crítica importante que Miguel faz à “política do desvelo” tem como foco a exaltação que esta última faz da atividade política desinteressada. Essa visão pretende, com a entrada das mulheres nos espaços de poder, esterilizar estes espaços da contaminação por uma “política de interesses”. Contudo, para o autor, o problema central para as democracias representativas não é o de uma política “sem interesses”, mas justamente permitir a expressão de interesses sociais excluídos ou marginalizados, inclusive os interesses das próprias mulheres. Essa “política do desvelo” vê como característica feminina a maior preocupação com aqueles que a cercam do que consigo mesma. Só que está subjacente a essa visão a negação do direito da mulher a possuir interesses próprios. Essa corrente da teoria política feminista acabaria, dessa forma, mantendo a subordinação feminina sob um véu de “superioridade moral”.

Portanto, para Miguel (2001), a afirmação da diferença moral como base para reivindicar a representação política paritária entre homens e mulheres não se sustenta, posto que acaba escorregando para a naturalização das diferenças entre os sexos.

Tendo como referência toda essa discussão sobre a "ética do cuidado" e a "política do desvelo", quando procuramos unir gênero e corrupção é no cenário internacional que encontramos os principais referenciais teóricos. São diversos os estudos nesse cenário que apontam para a convergência desses dois temas. E são esses estudos que nos mostram que há um debate muito intenso sobre até onde vai a conexão entre corrupção e o papel das mulheres.

Swamy et al. (2001), por exemplo, estão preocupados com a relação entre gênero e corrupção. Eles mostram que as mulheres estão menos envolvidas com esquemas de propina e suborno. E também demonstram que a corrupção é menor onde as mulheres possuem uma larga parcela dos assentos parlamentares, têm posições-chave na burocracia governamental e são uma parcela grande da força de trabalho.

Os autores constroem três hipóteses para testar se o aumento da presença das mulheres na vida pública reduziria os níveis de corrupção: em situações hipotéticas, mulheres são menos propensas a perdoar a corrupção; as empresárias envolvem-se menos com subornos; e países que têm uma maior representação de mulheres no governo ou no mercado de trabalho têm menores níveis de corrupção. Todas as hipóteses são confirmadas.

Os autores colocam ainda que essas afirmações sobre diferenças de gênero podem facilmente ser mal interpretadas. Eles reconhecem que existiria um diferencial de gênero. Porém, com isso, eles não estão afirmando terem encontrado diferenças essenciais, permanentes ou biologicamente determinadas entre homens e mulheres. O que eles querem fazer é mostrar relações estatisticamente significantes, que apontam para um diferencial de gênero na incidência da corrupção.

A conclusão do texto é que o diferencial de gênero, no que diz respeito à corrupção, deve persistir nos próximos anos. Os autores concluem ainda que as iniciativas políticas de aumentar a participação feminina no governo irão ajudar a reduzir a corrupção.

Outro autor que trata da relação entre gênero e corrupção é Sung (2006). Seu texto tem como base a afirmação de que o aumento da participação feminina na vida pública é um final bom e justo, mas que isso, por si só, não oferece maneiras efetivas para alcançar um governo não-corrupto. Por aqui já percebemos que este artigo vai na direção contrária do primeiro.

Essa visão de que as mulheres são menos corruptas é reforçada por um documento do Banco Mundial (2001) segundo o qual os negócios e os governos seriam mais limpos e, ainda, a economia se mostraria mais produtiva, justamente, nas sociedades em que mulheres têm mais direitos e participam mais da vida pública. Foi assim, com base nesses argumentos, que as mulheres, de vítimas da opressão sexista, tornaram-se as "salvadoras" dos países afligidos pela corrupção. O documento termina clamando por mais mulheres na política e na força de trabalho, pois isto poderia levar a um bom governo.

Sung concorda com a existência de um diferencial de gênero em se tratando de comportamentos morais – esse seria um dado inquestionável. Porém, esse dado não deveria remeter automaticamente à idéia de que um sexo é moralmente superior ao outro. Para ele, antes de nos preocuparmos com a percentagem ideal de mulheres no governo, deveríamos perguntar se gênero realmente importa. Esse autor critica o documento do Banco e defende a hipótese de que um sistema mais justo ajudaria na diminuição da corrupção, ao invés da hipótese da existência de um sexo mais justo. As oportunidades para as mulheres tendem a aparecer juntamente com uma estrutura social e política que é geralmente mais aberta e atinge melhor os ideais democráticos de participação, justiça e responsabilidade. A democracia seria melhor do que os outros sistemas políticos quando o que se trata é expandir o papel político das mulheres. Como resultado disso, segundo o autor, a robusta associação estatística entre gênero e corrupção no nível internacional poderia ser mal-interpretada. Ambos, participação feminina no governo e menores níveis de corrupção, dependeriam de um sistema político mais justo. Assim, para o autor, são os mecanismos da democracia que diminuem a corrupção e não o sexo do representante.

Kaufmann (1998) tem uma percepção parecida com a de Sung. O primeiro autor constata que, recentemente, no mundo inteiro cresceu o envolvimento da sociedade civil e das ONGs na luta contra a corrupção. E as pesquisas mostram que esse envolvimento está diretamente relacionado com as liberdades civis: é mais fácil para a sociedade civil de um país se envolver no combate à corrupção se neste as liberdades civis estão salvaguardadas. Assim, um maior alcance de liberdades civis e de direitos de cidadania está associado ao aumento do controle possível da corrupção. O autor defende, então, a importância de uma sociedade civil ativa no combate à corrupção e, para que isto ocorra, seria preciso que as liberdades civis fossem garantidas.

Existe, segundo Kaufmann (1998), uma relação importante que se estabelece entre mulheres e a sociedade civil: o empoderamento das primeiras mobiliza a segunda, principalmente contra a corrupção. Os dados que o autor analisa mostram que os países onde os direitos das mulheres estão mais restringidos têm maior prevalência de corrupção. As perguntas que o autor se coloca a seguir são se a ausência dos direitos das mulheres é uma importante variável *proxy* da ausência das outras liberdades civis em uma sociedade, ou se a relação é outra, a saber: se a participação feminina tem um efeito particular de inibição da tolerância da sociedade para com a corrupção.

Esse tipo de discussão, segundo Matos (2008), descola dos gêneros a (i)responsabilidade sobre comportamentos mais ou menos éticos e coloca a questão em outros patamares. Por essa visão podemos entender que o combate às práticas de corrupção poderia ser melhor realizado em um ambiente no qual direitos e liberdades são exercidos em maior plenitude.

Matos defende que há hoje uma convergência na afirmação de que as mulheres teriam, mais do que os homens, um conjunto de comportamentos sociais e eticamente orientados, assim como demonstrariam maior preocupação com o bem público, derivando daí que elas seriam menos corruptas. Inclusive as pesquisas internacionais destacam a existência de diferenças no envolvimento de mulheres e homens nos esquemas de corrupção. O que não está claro, para Matos, em função das desigualdades que perpassam os sexos (especialmente às relativas ao acesso e permanência desiguais das mulheres nos espaços da política e da economia), é se essas evidências empíricas podem ser atribuídas a diferenças de oportunidades ou a diferenças de gênero.

Assim como a grande parte dos autores tratados até aqui, Matos (2008) coloca que não é possível identificarmos "essências" fundamentais no que diz respeito à construção de diferenças nas identidades de gênero. Para essa autora,

> *...identidades de mulheres e homens são muito mais pontos provisórios de chegada de trajetórias social e politicamente construídas a partir de percepções, sentimentos, experiências e vivências específicas de gênero do que um depósito de atitudes moralmente orientadas e consolidadas que se fundariam nas diferenças de sexo.* (Matos, 2008, p. 422)

De acordo com a autora, como conseqüência da afirmação da maior eticidade das mulheres na condução da coisa pública, da menor propensão delas às atividades corruptas, tivemos a defesa de que as democracias modernas deveriam incrementar a participação feminina nos espaços institucionalizados da política a fim de reduzir a corrupção. É preciso, todavia, ir devagar com esse argumento, como bem nos demonstrou Miguel (2001).

A defesa da entrada de mais mulheres na política não deveria ser feita com base em uma visão essencialista, que afirme que as mulheres fazem uma política mais desinteressada e altruísta – "política do desvelo". É mais interessante fazer essa defesa tendo como base a idéia de Young (2000) de 'perspectiva'. Uma idéia forte desta autora é que nos sistemas representativos existem três modos das pessoas serem representadas: interesses, opiniões ou perspectivas. Os interesses têm a ver com o que precisamos para alcançar os fins que queremos (ênfase nos meios), as opiniões são os princípios, valores e prioridades que fundamentam o nosso juízo acerca de qual política deve ser seguida (ênfase nos fins), e as perspectivas estão conectadas ao tipo de experiência social que temos. Essa última idéia afirma que conforme a sua posição social, a pessoa se encontra sintonizada com certos significados e relacionamentos sociais. Cada posição produz experiências e compreensões particulares que deveriam ser representadas politicamente. As diferentes perspectivas seriam diferentes pontos de partida para o debate político, diferentes pontos de vista que membros de um grupo têm sobre os processos sociais.

Para esta autora, o acesso das mulheres, como de outros grupos politicamente excluídos, às esferas de deliberação pública é necessário não porque elas compartilham os mesmos interesses ou opiniões, mas porque elas partem de uma mesma perspectiva social, vinculada a certos padrões de experiência de vida. É dessa forma que entendemos como as mulheres podem ser menos corruptas: a participação delas na arena política seria diferente da masculina porque os dois lados ocupam posições diferentes na formação social.

Sendo assim, representar perspectivas contribui para a inclusão dos grupos marginalizados na tomada de decisão. O pressuposto de Young é o de que é incorreta a exclusão política de grupos e indivíduos subordinados. Para ela todas as perspectivas dos grupos sociais deveriam estar representadas nas tomadas de decisão política.

A partir dessa discussão teórica, vimos que existe uma associação forte entre mulheres no poder e menores índices de corrupção, assim como uma grande discussão sobre se existem ou não comportamentos morais distintos entre os sexos. Nos voltamos então para as mulheres brasileiras conectadas com o espaço político a fim de perceber como elas associam o sexo do representante com comportamentos mais ou menos corruptos.

Metodologia

O banco de dados aqui discutido faz parte da pesquisa "A Política na Ausência das Mulheres" e aborda as percepções que as mulheres ligadas à política (candidatas a deputada estadual, deputadas estaduais eleitas e deputadas federais eleitas) têm sobre os comportamentos políticos de homens e mulheres. Essa pesquisa abordou temas como a existência de diferenças entre homens e mulheres no geral, no comportamento legislativo e nos motivos para se candidatar. Buscamos aqui entender como essas mulheres percebem as diferenças entre os sexos, principalmente no comportamento político de ambos e qual a conexão elas estabelecem entre gênero e corrupção. Queremos entender como elas localizam as diferenças entre os comportamentos políticos dos sexos, se a vêem como uma diferença natural ("essência") e como elas articulam a defesa da presença das mulheres no espaço de poder.

Nossa hipótese, seguindo Matos (2008), é que não existe uma "essência" feminina mais moral. Esperamos encontrar nessas entrevistas pouca associação entre as características femininas e uma menor tolerância com a corrupção. Apostamos na defesa da entrada de mais mulheres na arena política não pela via de uma "essência" feminina menos corrupta, e sim porque as mulheres têm uma perspectiva social diferente da masculina. Veremos se isso procede nas entrevistas realizadas.

Resultados e discussões

Nosso objeto de estudo são as entrevistas realizadas pela pesquisa "A Política na Ausência das Mulheres: um estudo sobre recrutamento político, trajetórias/carreiras e comportamento legislativos de mulheres" realizada pelo DCP (Departamento de Ciência Política) e pelo NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher), ambos da UFMG. O objetivo dessa pesquisa foi compreender a estrutura geral do (i) recrutamento e rotas de acesso a cargos legislativos de mulheres, das (ii) estratégias de carreiras/trajetórias políticas femininas; (iii) do comportamento legislativo de mulheres, com vistas a subsidiar um melhor entendimento dos determinantes que operam para definir o lento crescimento da representação de mulheres em cargos do poder legislativo, no Brasil e em Minas Gerais. A pesquisa realizou um estudo detalhado, em uma primeira etapa, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e depois da Câmara dos Deputados em Brasília. Foram entrevistadas, no ano de 2006, 50 candidatas à deputada estadual em Minas Gerais, 8 deputadas estaduais eleitas nesse mesmo estado e 22 deputadas federais eleitas. Para a nossa análise, utilizamos as respostas das seguintes perguntas:

- Como a senhora percebe a situação das mulheres na política brasileira hoje?
- A senhora acredita que ser mulher faz alguma diferença no jogo político? Qual diferença faria e por quê.
- A senhora acha que existem motivos diferentes para homens e mulheres se candidatarem a cargos no legislativo? Por quê?
- Na opinião da senhora, há diferença de comportamento parlamentar entre os homens e mulheres, independentemente dos alinhamentos político-partidários?
- A senhora acha que existem comportamentos legislativos distintos entre homens e mulheres? Por quê?

Nosso foco é a percepção que as mulheres envolvidas com a política, sejam elas candidatas ou eleitas, têm sobre a relação entre mulheres e corrupção, se elas fazem uma ligação entre as características femininas e a "ética do cuidado", se percebem diferenças entre os comportamentos parlamentares de homens e mulheres e como defendem a presença das mulheres nos espaços de decisão política.

Queremos perceber, através da análise das entrevistas, se há ou não no discurso das mulheres a percepção de uma "essência" feminina menos corrupta, se há ou não uma associação entre as características pessoais femininas e o comportamento político das mulheres, se existe a defesa de que

ser mulher faz diferença na política, e também se as entrevistadas percebem ou não que existem diferenças dentro do próprio grupo das mulheres.

Em primeiro lugar, existe uma forte percepção das entrevistadas em afirmar que as mulheres possuem alguma característica a mais do que os homens, sempre características positivas, que estariam fazendo falta na política atual. 82% das candidatas citaram pelo menos uma característica feminina diferente e melhor do que as masculinas, nas eleitas essa porcentagem também foi alta, 70%. Dentre essas características a mais que as mulheres teriam, encontramos nas entrevistas que a mulher é mais: direta, compromissada, autêntica, sensitiva, responsável, preocupada com o outro e com o lado social, sensível, sentimental, detalhista, carinhosa, humanizada, solidária, envolvidas com o cuidado, dedicada, coração, capaz, visão panorâmica e de longo prazo, emotiva, piedosa, diálogo, religiosa, envolvida com projetos, boa ouvinte, audaciosa, franca, intuitiva, minuciosa, conciliadora, dedicada, doce, complacente, corajosa, moral, respeitosa, carismática, jeitosa, caridosa, amorosa, bondosa, sincera, tolerante, forte, paciente, compreensiva, compromissada, ativa, inovadora, preocupada com mudança e justiça social, fiel, presente, carinhosa, persistente, sensata, generosa, conscientes, pacificadora, afetiva... Essas características aparecem repetidas vezes nos discursos das mulheres.

A defesa central aqui é que as mulheres têm um olhar diferente do masculino. Em alguns casos (28% das entrevistas), essas características estão ligadas ao papel da mãe, da cuidadora do lar, dos filhos, da casa, ao instinto materno do cuidado. Entre as candidatas que apontaram alguma característica feminina superior às masculinas, encontramos 66% delas conectadas à ética do cuidado – mulheres são seres mais voltados para o cuidado com o outro, para o lado social, têm uma visão de mundo mais coletiva.

Se ficássemos só com essa pergunta, a tendência seria corroborar a tese de que as mulheres possuem realmente uma outra percepção do mundo, calcada em características "naturalmente" femininas. Ao falar dessas características, as entrevistadas nos passam a idéia de que todas as mulheres são assim e de que todos os homens são exatamente o contrário. Entendemos isso, numa primeira tentativa de explicação, como uma necessidade das mulheres se afirmarem em um espaço tão masculinizado como a política. Talvez elas exaltem as suas características "essenciais" para mostrar que a mulher é tão importante quanto o homem nesse espaço.

Em segundo lugar, tentamos estabelecer como as entrevistadas percebem a relação entre mulheres e corrupção. Vale destacar que não existia uma pergunta sobre corrupção no questionário, quando esse tema aparece nas respostas, está dentro de alguma outra questão sobre diferenças entre homens e mulheres na política. É preciso colocar também que em TODAS as vezes que o tema da

corrupção aparece, a ligação é estabelecida quase que imediatamente: as mulheres são menos corruptas do que os homens.

Entre as candidatas, apareceu em 46% das entrevistas a associação que mulheres são menos corruptas do que os homens. Entre as eleitas a porcentagem é um pouco menor, 33% delas afirmou que as mulheres são menos corruptas. O fato das eleitas afirmarem menos do que as candidatas a conexão entre ser mulher e ter comportamentos políticos menos corruptos, pode ser devido ao fato de que as deputadas eleitas já estão dentro do jogo político e, portanto, podem perceber que nem todas as mulheres perseguem o bem-comum quando chegam às casas legislativas e nem todas as mulheres têm um comportamento pouco ou nada corrupto.

Nas entrevistas em que aparece o tema da corrupção, as entrevistadas falam em uníssono que as mulheres são mais éticas, não gostam de corrupção:

> *A mulher, tudo dela ela volta para a responsabilidade que ela tem. Ela não tem dinheiro, porque ela não tem tempo e nem tem interesse mental para ficar articulando, uma trapaça uma outra dali, outra dali, pega uma verba dali, outra verba de um ciclano, salta de um fulano para outro...A mulher detesta esse tipo de jogo, então não dá para a mulher.* (Entrevistada A, 2006).

Por esse trecho, percebemos que a entrevistada adota a idéia de Gilligan (1982) de que as mulheres estão mais voltadas para a responsabilidade. E esse senso de responsabilidade das mulheres impediria que estas se envolvessem com esquemas corruptos.

Outra explicação para o fato das mulheres se envolverem muito menos do que os homens nos esquemas de corrupção, estaria no comprometimento destes com os interesses privados: *Trace um perfil das parlamentares, mulheres nesse Congresso Nacional, você vai ver diferenças gritantes entre homens e mulheres. Menos corrupção, mais metodologia, mais seriedade no tratamento da coisa pública, envolvida nas questões sociais.* (Entrevistada B, 2006).

O homem joga o jogo da corrupção, a mulher se recusa*: O homem tem o jogo, o homem joga. De qualquer forma, de qualquer posição, tanto financeiro, te compra com a palavra... a mulher não. A mulher, eu acho que ela acredita muito nas palavras* (...) *.Elas acreditam, elas entram com o coração.* Ou então: *ele* (o homem) *participa de certos jogos que a mulher não seria capaz de participar, é onde a política, hoje em dia, está, eu diria, um pouco deteriorizada.* (Entrevistada C, 2006).

E o homem é mais esperto nesse jogo porque já está contaminado pelas estruturas do poder, já está no poder há muito tempo: *O homem já tem as articulações, já tem a maldade, ta impregnada no homem. Já tem ali a malícia, eles sabem jogar.* (Entrevistada D). Ou então: *Porque como os homens estão mais acostumados ao poder eles também tem vícios que nós não temos. Nas disputas, nas puxadas de tapetes, é são diferentes, porque tem vícios que se constroem ao longo do tempo das*

disputas pelo poder. (Entrevistada E, 2006). Sendo assim, por estar afastada do poder, a mulher estaria isenta da contaminação pelos jogos corruptos.

O comportamento político dos homens é visto como fortemente ligado à corrupção: *Pela corrupção os homens lá no parlamento, a maioria deles, eles vendem emendas, eles entram, agora nos Sanguessugas, nos super faturamentos, eles compram os projetos, eles decretam leis e as mulheres não. Você pode ver que só vê homens na corrupção.* (Entrevistada G, 2006).

Quando não citam diretamente a corrupção, as entrevistadas citam características femininas opostas àquelas ligadas a comportamentos corruptos: *Eu acredito, eu acho a mulher mais honesta, mais transparente.* (Entrevistada I, 2006). As mulheres aparecem assim como a "saída" para o país sair da crise de corrupção em que se encontra:

> *A crise do nosso país é crise de caráter e não intelectual e não tão somente financeira. Nós mulheres, como eu já disse, somos mais difíceis de nos corrompermos. Nós somos mais frágeis, agimos não somente com a razão, ouvimos o nosso coração. Não nos corrompemos, não nos deixamos levar facilmente por idéias, pelo corporativismo.* (Entrevistada I, 2006).

Ou então: *Acho necessário e acredito que a mudança na política passa pela mulher sim. Ela tem todos os princípios, é o princípio ético, de transparência.* (Entrevistada J, 2006).

Ainda, algumas colocam que pelo fato da política estar se tornando algo muito sujo, muito corrupto, isso tem afastado as mulheres da política:

> **O que à senhora acha da argumentação que as mulheres teriam uma baixa ambição política?*
> **Olha, eu não sei que relação eu posso fazer, mas, ela tem uma baixa ambição política. Eu coloco isso com a seriedade que ela tem e pela política estar se tornando uma coisa muito suja, talvez seja isso que tanto a mulher como o cristão ta querendo afastar da política* (Entrevistada K, 2006)

A mulher teria um "compromisso inabalável" com a luta contra a corrupção, por mais transparência*: E é esse padrão (*de comportamento) *que eu vejo dela* (a mulher), *o compromisso com a ética, com a verdade, com a responsabilidade.* (Entrevistada L, 2006). Apesar dessa ligação praticamente direta entre menos corrupção e mulheres, a maioria das entrevistadas destaca saber que nem todas as mulheres são assim (menos corruptas, mais honestas), abrindo espaço para o questionamento de se essa relação é mesmo inevitável: *Porque só porque subiu a mulher* (para a política) *não precisa ser santa. Você vai ter a santa, vai ter a prostituta, vai ter a honesta, vai ter a capeta... entendeu?* (Entrevistada M, 2006).

É preciso também ressaltar que existem aquelas entrevistadas que percebem haver diferenças entre as próprias mulheres. Entre as candidatas, essa percepção foi de 30% e entre as eleitas de 40%. O que elas dizem aqui é que nem todas as mulheres são iguais no que diz respeito àquelas características mais "especiais" ou menos corruptas. Sobre essas diferenças dentro do próprio grupo

de mulheres, as entrevistadas colocam que "existem mulheres e mulheres", nem todas as mulheres aceitam menos os esquemas corruptos. E ressaltam também que existem sim mulheres eleitas que estão comprometidas com os interesses privados, que são aquelas que levam sobrenome de famílias políticas importantes – cuja trajetória política é baseada na rota familiar, tradicional. Elas estariam na política para "se dar bem", "participar do poder" e não com projeto de transformação da sociedade.

Quando as candidatas falam sobre os comportamentos parlamentares de homens e mulheres, é pequena a tendência para a essencialização, tanto entre as candidatas quanto entre as eleitas. Entre as primeiras, em 48% das suas entrevistas apareceu a defesa de que homens e mulheres possuem comportamentos políticos diferentes e em 32% dos casos elas não perceberam diferenças entre os sexos nesse quesito. Entre as eleitas, as porcentagens também são parecidas, 50% falam de comportamentos parlamentares diferentes por sexo e 30% falam que não existe essa diferença por sexo no comportamento político.

Para as entrevistadas que acreditam que mulheres têm comportamento parlamentar diferente do masculino, isso é explicado pelas características positivas femininas:

> *A mulher... envolve muito o lado sentimental da mulher. Eu acho que ela é mais carinhosa. Eu acho que ela é mais objetivada. Ela coloca uma coisa na cabeça, ela quer fazer aquilo. Vai até o fim. O homem não. O homem não tem muito isso.* (Entrevistada B, 2006).

Além disso, elas buscam ressaltar a enorme predominância da mulher nas áreas sociais:

> *Mas eu acho que ocupar esses espaços da, de temas e áreas mais sociais, eu não acho que seja machismo, eu acho que é porque a mulher tem uma sensibilidade muito grande pelo social. Então isso aí eu vejo como positivo, é a mulher aonde eu vejo que ela pode dar uma contribuição de avanço da, para que haja direitos iguais e igualdade social e tudo.* (Entrevistada J, 2006)

Para as que defendem que ambos os sexos têm o mesmo comportamento, a ética profissional é igual para homens e mulheres: *Agora, dentro da política, a ética profissional, o direito, a responsabilidade é igual para o homem e para a mulher*. (Entrevistada N, 2006). Para essas entrevistadas ambos os sexos atuam nas mesmas áreas, ambos podem atuar em qualquer área, isso é muito mais uma questão de aptidão: *Eu acho que a mulher é capaz de atuar em qualquer setor, porque eu acho que isso não diferencia por ser mulher, ter que atuar em um setor ou outro, isso depende da aptidão de cada uma*. (Entrevistada E, 2006).

Mesmo entre essas existe a percepção do comportamento feminino mais voltado para as áreas sociais, porém a justificativa aqui não é pelo lado de características essencialmente femininas, tendo mais a ver com a experiência e o trabalho.

Nessa questão, quando as respostas são negativas, o que há de marcante em todas elas é a negação de que sexo é o determinante último dos comportamentos de homens e mulheres na política.

Existem outros fatores, pessoais, de aptidão, partidários, que influenciariam muito mais.

Quando passamos para as respostas sobre os motivos que levam homens e mulheres a se candidatarem, a proporção de respostas "essencializantes" é menor. Dentre as candidatas 20% percebeu existir motivos diferentes, enquanto 22% respondeu não haver esse diferencial de sexo. Entre as eleitas a diferença entre as respostas é mais significativa ainda, 6% acredita existirem motivos diferentes por sexo para a candidatura, enquanto 16% não acredita nessa diferença.

As justificativas para a existência da diferença vão no mesmo sentido da pergunta anterior: as mulheres possuem características melhores e completamente diferentes das masculinas, em geral estas justificativas estão relacionadas aos diferentes interesses que homens e mulheres teriam ao entrar para a política:

> **A senhora acha que existam motivos diferentes para homens e mulheres se candidatarem a cargos no legislativo?*
> **Olha, eu acho que há. Eu acho que pros homens, de um modo geral, tem muito essa questão do poder, de uma certa vaidade, de construir possibilidade até econômicas através da disputa do voto. Eu acho que, ou vincular algum grupo econômico, algum interesse específico (...) eu acho que no geral é isso. Eu acho que pras mulheres, quando ela chega aí, eu acho que tem muito essa vontade assim, dessa dedicação, das causas coletivas.* (Entrevistada O, 2006)

Por outro lado, aquelas que dizem não haver diferencial de sexo no que diz respeito aos motivos da candidatura – dessa vez elas são maioria – se apóiam no argumento de que essa é uma escolha pessoal, independente de sexo.

> **Eu acho que para homens e mulheres se candidatarem não tem motivos tem motivos assim, existem aqueles políticos que querem se eleger porque tem um objetivo coletivo, um objetivo macro, de trabalhar para melhorar a vida da maioria, e tem aqueles que tem uma visão puramente aproveitadora, de vir pra cá devido seus interesses particulares para virem defender aqui, (...) então, tem gente, assim, com essas,esses objetivos diferentes, eu não que seja homem ou mulher, eu acho que todos nós, dependendo da trajetória que você fez na vida é que vai, dizer, orientar a sua trajetória política.* (Entrevistada P, 2006)

Todas as vezes em que as entrevistadas aparecem negando a existência de uma diferença de sexo determinante na política, encontramos uma maior disposição delas em refutar os essencialismos que muitas vezes elas mesmas colocaram em algum momento da entrevista. É mais forte a negação da diferença quando o assunto são os motivos que levam homens e mulheres à política, com uma maior tendência das entrevistadas em responder que esses motivos têm causas pessoais. Essa percepção abre caminho para o questionamento se realmente é o sexo o determinante principal das ações e escolhas das pessoas. E algumas das entrevistadas reforçam esse sentido afirmando que não basta ser mulher para assegurar uma lógica ou um projeto de igualdade:

> **Eu diria que não basta ser mulher pra assegurar uma lógica ou um projeto de igualdade. Há mulheres que têm pensamento machista, autoritário e*

> *socialmente excludente. Do ponto de vista individual, de cada mulher, não faz diferença porque algumas reproduzem o modelo machista, patriarcal.* (Entrevistada Q, 2006).

Aqui as entrevistadas defendem que não basta eleger qualquer mulher, só fará diferença aquelas que forem exercer o poder com competência, que tiverem projetos sociais que almejem uma sociedade mais igualitária. Algumas chegam mesmo a formular idéias parecidas com a de "perspectiva social".

Poucas entrevistadas (8% das candidatas e 10% das eleitas) nos indicam esse caminho da perspectiva (Young, 2000) como o melhor para explicar as diferenças entre homens e mulheres: *Nós, mulheres, enxergamos o mundo com uma perspectiva diferente, a gente vê o mundo redondinho, a gente vê as crianças de uma forma diferente para completar a forma que os homens vêem. Não que nós sejamos melhores, nós nos completamos* (Entrevistada N, 2006).

Para estas entrevistadas, foram os anos de silêncio e de afastamento da mulher da política que a levou a desenvolver todas essas características descritas acima, principalmente a sua preocupação com o social. As mulheres levantam mais bandeiras sociais pela vivência delas, pela história de vida delas, sempre ligada à família, à casa, ao cuidado: *Eu penso que as mulheres são mais sensíveis para levantar essas bandeiras* (sociais) *por questão de vivência* (Entrevistada T, 2006).

Essa perspectiva feminina é *fruto de uma história que sempre nos oprimiu.* (Entrevistada P). A idéia aqui é a de que as mulheres têm a contribuir com o mundo da política, não por terem características inatas, mas porque a capacidade política é construída, e a das mulheres foi construída num espaço fora da política formal. Enfim, as mulheres farão diferença na política se levarem para este campo as peculiaridades que a vida lhe impôs:

> *Do ponto de vista coletivo, enquanto parcela da sociedade, faz enorme diferença* (ser mulher)*, porque essa metade da humanidade leva para o exercício da política particularidades que a vida lhe impõe. Por exemplo, sensibilidade social por conviverem com a luta cotidiana da comida, pra assegurar educação, pra compensar os problemas da assistência à saúde que o estado debilita. Então, esse exercício dessa parcela da sociedade cria uma estrutura, uma tendência á uma sensibilidade social maior. E há a própria pressão da vida, ao serem discriminadas, a sua situação termina ajudando pra que ela crie uma consciência de igualdade.* (Entrevistada U, 2006).

Enfim, o que os dados nos mostram é uma tendência das mulheres envolvidas com a política, sejam eleitas ou candidatas, afirmarem a existência de diferenças entre homens e mulheres, muitas vezes caindo no argumento "essencialista" de que estas seriam diferenças naturais. As mulheres entrevistadas com muita freqüência se esforçam para se diferenciarem dos homens, inclusive quando o assunto é corrupção. Todavia, se existisse mesmo uma "essência" feminina completamente

diferente da masculina, esperar-se-ia que todas as vezes que fossem chamadas a comparar homens e mulheres, as entrevistadas identificassem diferenças naturais entre os sexos. Só que os percentuais variam de pergunta para pergunta. Na pergunta direta sobre se há ou não diferenças, a enorme maioria responde que sim. Mas quando vamos para comportamentos e motivos, as respostas já são menos categóricas, e surgem possibilidades maiores de diferenças importantes que não são derivadas do sexo. Em algumas entrevistas surge mesmo a possibilidade de que essa seja uma diferença mais de projeto, de trajetória pessoal. E uma minoria chega mesmo a defender que a presença das mulheres na política deve ocorrer porque elas possuem uma perspectiva social diferente da masculina, que não deveria estar ausente dos espaços de tomada de decisão.

Conclusões

A sociedade brasileira tem se debatido, desde a sua democratização, com o problema da constituição de uma noção de interesse público capaz de pautar a ação dos seus representantes políticos. O Brasil democrático tem sido marcado nos últimos anos por uma maré de denúncias de escândalos de corrupção. Apesar disso, no nosso país existem poucos estudos sobre esse fenômeno.

O que fica para nós desse artigo é a importância na atualidade de se desenvolver pesquisas para entender o fenômeno da corrupção no Brasil. Isso demanda olharmos para a estrutura política, mas não só ela, como também olhar para os aspectos culturais e sociais. Fica também a importância de se estudar a corrupção por outro viés que não seja só o institucionalista. Para o entendimento desse fenômeno, importa olhar as regras e instituições, mas é preciso ampliar o olhar e tentar entender as percepções que a própria sociedade constrói acerca da corrupção e do interesse público. Como Bignotto (2006) destaca, a corrupção é um problema no Brasil que é parte da nossa vida política em toda a sua extensão. Ela afeta a relação dos cidadãos de um Estado com a vida política em geral. Tentamos buscar como as mulheres próximas do campo da política percebem as diferenças entre comportamentos políticos de homens e mulheres.

Ao partirmos para a parte empírica, os resultados da análise das entrevistas das mulheres nos mostraram uma tentativa sempre presente de diferenciar homens e mulheres no que diz respeito aos seus comportamentos políticos, motivos para se candidatar e a relação com a corrupção. Poucas foram aquelas que buscaram outros fatores explicativos que não o sexo para as diferenças percebidas entre homens e mulheres. Mas, apesar de aparecerem em menor número, o fato de aparecerem explicações alternativas já sinaliza para a possível existência de outras causas das diferenças percebidas entre os sexos. Conseguimos visualizar espaços para a defesa de outras idéias, que desmitificariam a idéia de uma “essência” feminina.

Entendemos que a "ética do cuidado" deve ser levada para o campo da política com cuidado, para não cair em uma "essencialização" das posições das mulheres. Como nos alertou Miguel (2001), levar o argumento da "política do desvelo" para a política pode reter a atuação política das mulheres nas áreas sociais, obrigando-as sempre a se preocupar mais com os outros do que com a defesa dos seus próprios interesses.

Nossa análise empírica nos mostrou que essas mulheres entrevistadas ainda fazem uma defesa da presença das mulheres no campo político ressaltando as características morais femininas diferentes das masculinas. Um início de explicação para isso pode ser que essas mulheres ligadas à política, por estarem em um campo tão hostil a elas, dominado imensa e quantitativamente pelos homens, podem acabar por procurar se destacar de alguma maneira. O ambiente político é muito masculinizado no nosso país e isso pode fazer com que as mulheres que tentam ingressar nele ou as que efetivamente conseguem vencer as eleições, para se destacarem na multidão dos políticos, optem por um discurso mais enfático, ressaltando as características diferentes entre elas e os homens.

Se as mulheres são ou não a solução para o problema da corrupção no nosso país, fica a pergunta. E fica também a proposta de se estudar mais a fundo a relação que ambos os sexos estabelecem com o que é público, para tentar entender por que essa associação tão forte entre mulheres e comportamento político menos corrupto. Nossa percepção é a de que se realmente existir um diferencial de gênero no que diz respeito à corrupção, sua causa não deve ser buscada em uma "essência" natural feminina ou masculina. Podemos pensar que outros fatores podem influenciar a maneira como os dois sexos constroem a relação com o que é público, como por exemplo, a trajetória de vida da pessoa, sua participação em movimentos sociais, ou mesmo sua ligação com os setores dominantes da sociedade.

Para nós, é responsabilidade de homens e mulheres construir atitudes positivas e eticamente orientadas para estruturar uma sociedade decente e democrática onde direitos, oportunidade e liberdades sejam igualmente distribuídos.

Referências bibliográficas

BIGNOTTO, Newton. Corrupção e Estado de Direito. In: AVRITZER, Leonardo & ANASTASIA, Fátima (org.). *Reforma Política no Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG/PNUD, 2006.

DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy.* New York: Harper & Row, 1957.

FILGUEIRAS, Fernando . *A Corrupção na Política: Perspectivas Teóricas e Metodológicas*. Cadernos Cedes - IUPER, v. 5, 2006.

FRIEDMAN, M. Beyond caring: the De-moralization of gender. *Canadian Journal of Philosophy,* v.13, 1987.

GILLIGAN, Carol. *Uma Voz Diferente.* Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1982.

HALL, Peter A. & TAYLOR, Rosemary. Political Science and the Three New Institutionalism. In: *Political Studies,* nº 44, 1996.
HUNTIGTON, Samuel P. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança.* São Paulo: EDUSP, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
KAUFMANN, D. *Corruption: the Facts Foreing Policy*, 1997.
KIMLICKA, Will. O Feminismo. IN: *Filosofia Política Contemporânea*, São Paulo: Martins Fontes, 2006.
MARCH, James G. & OLSEN, Johan P. *Rediscovering Institutions:* The Organizational Basis of Politics. New York: Free Press, 1989.
MATOS, Marlise. Gênero. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloísa. (Org.). *Corrupção: ensaios e crítica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
MIGUEL, Luis Felipe. *Política de interesses, política do desvelo: representação política e singularidade feminina.* Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.
NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance.* Cambridge: Cambridge University press, 1990.
NYE, Joseph Nye. Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis. In: *American Political Science Review,* vol. 61, nº 4, 1967.
ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption and Government*. Causes, Consequences, and Reform. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
SERAGELDIN, Ismail; Shluger, Ephim; Brown, Joan Martin. Banco Mundial, 2001.
SUNG, Hung-En. From victims to saviors? Women, power and corruption. *Current History*. March, 2006.
SWAMY, A., KNACK S., LEE, Y., AZFAR, O. Gender and Corruption. *Journal of Development Economics*, 2001.
YOUNG, Iris M., *Inclusion and Democracy*, Oxford: Oxford University Press, 2000.